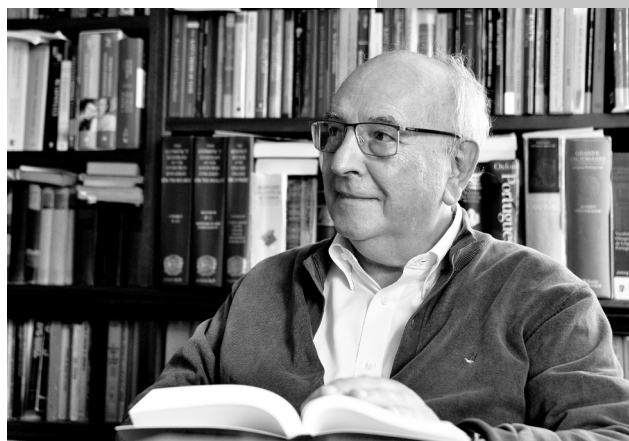


Na tarde do dia 05 de setembro, o professor João Carlos Brum Torres concedeu entrevista exclusiva ao professor Marcos Rolim, editor de *Crítica & Controle*, na biblioteca de seu apartamento no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Também participaram da entrevista os professores Alessandro Donadio Miebach, coeditor da Revista, e Fabian Scholze Domingues, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Janaína Castaldi, da Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), ofereceu apoio técnico na gravação do encontro.

O professor João Carlos, doutor em Ciências Humanas pela USP, mestre em Filosofia pela Universidade de Paris, com graduações em Direito e em Filosofia é dono de uma trajetória respeitabilíssima em diferentes campos de reflexão contemporânea, acumulando, além disso, uma experiência destacada como gestor público, tendo sido secretário de Estado da Coordenação e Planejamento no Governo do Estado do Rio Grande do Sul por dois períodos, nos governos de Antônio Brito e Germano Rigotto. Professor titular aposentado da UFRGS, onde exerce as funções de professor colaborador, é professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e organizador da obra "O país do futuro e o seu destino", editado pela LPM, uma coletânea de ensaios que refletem sobre diferentes dimensões e desafios do Brasil em seu bicentenário.

Professor **João Carlos Brum Torres**



É preciso a determinação de querer fazer um país

Entrevista com o professor João Carlos Brum Torres

MARCOS ROLIM: Professor, os 200 anos da Independência convidam a realização de um determinado balanço histórico. Entretanto, não vamos ter isso no Brasil. Não teremos balanço, não teremos comemoração efetiva; possivelmente, um comentário aqui, uma observação acolá, pouco mais do que isso. Esse quase silêncio, por certo, já diz algo a respeito do Brasil. Como é que o senhor interpreta esse fenômeno?

JOÃO CARLOS BRUM TORRES: Se tivermos presente as comemorações do centenário, a diferença é, de fato, muito grande. As comemorações do centenário foram impressionantes na escala e na qualidade. Primeiro, elas foram precedidas, em 1922, de importantes obras de reurbanização no Rio de Janeiro, motivada, também pela decisão de combinar as festividades com uma grande exposição internacional. Treze países construíram pavilhões para mostrar seu desenvolvimento e cultura: Argentina, México, Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, França, Itália, Bélgica, Suécia, Noruega, Dinamarca, Tchecoslováquia e Japão. Portugal, os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Itália, o Japão. Já o Brasil construiu oito pavilhões, dentre os quais um apresentando nossas regiões, outro a grande indústria, outro ainda, como se dizia na época, a pequena indústria. No evento do centenário, tivemos também a primeira ampla emissão pública de rádio que incluiu, além do discurso do Epitácio Pessoa, a transmissão da ópera “O Guarani.” O fato de a comemoração ter sido realizada combinadamente com a exposição internacional fez com que houvesse também uma grande afluência de público, não só de fluminenses e cariocas, mas também de numerosos visitantes de outros estados. Foi um grande evento. E é preciso lembrar, assim, o que foram as comemorações do centenário da Independência, para nos darmos conta de quão surpreendente, intrigante e preocupante é essa quase invisibilidade do bicentenário, cujo marco maior é essa coisa grotesca de trazer para cá, por sete dias, esse coração em formol de Dom Pedro II! Quase no mesmo diapasão tem sido a atenção da mídia: escassa, superficial, rala. Não deveria ser assim, porque datas sinalizadoras históricas, como certas datas marcantes de nossas vidas, são convites a momentos valiosos de reflexão e balanço do caminho percorrido, de correção ou reafirmação de escolhas e de valores. Temos tantas coisas para resolver, ou que foram mal resolvidas, que esse deveria ter sido para nós o momento para uma grande revisão da trajetória de nosso país até aqui, sobre os problemas que enfrentamos, do modo como os resolvemos ou como deixamos de fazê-lo. O que seria um exercício para lembrar nossos avanços, conquistas e também nossos impasses e

fracassos, tratando de recuperar o fio da esperança e a vontade de fazer melhor. É realmente lamentável essa situação que observaste na tua pergunta.

Pensando sobre as razões desse quase silêncio, parece que é como se o Brasil estivesse envergonhado de si mesmo, sabe? Descrente de si. Há vários e muito preocupantes sintomas disso. Por exemplo, temos visto um movimento de emigração de pessoas muito qualificadas do Brasil para Portugal, para os Estados Unidos e para outras nações e também de pessoas que saem porque precisam simplesmente encontrar trabalho, processo que ocorre em uma dimensão inusitada e que expressa uma espécie de descrença nas potencialidades do Brasil; um descrédito a respeito do quanto o nosso país pode oferecer e do que ele pode ser. Penso também que isso coincide com uma conjuntura onde há um governo que nada faz para reduzir essas insatisfações; pelo contrário, que cria um ambiente de tensão e de divisão no corpo social que torna difícil pensar o País, porque todos se entrincheiram nas posições que ocupam nos conflitos do presente. Acho que isso também é um fator explicativo de porque não há comemoração. Observe-se, por exemplo, a responsabilidade desse governo por essa coisa, a meu ver imperdoável, de transformar os símbolos nacionais em bandeiras de um movimento político-ideológico. Esses símbolos são universais, eles deveriam ser tratados com respeito e, assim, mantidos fora da iconografia das nossas divisões, dos nossos conflitos. Fizeram o contrário disso, então isso cria também uma resistência das pessoas a se mobilizarem em respeito e consideração pelas datas nacionais e também pelos nossos símbolos. Cria-se essa situação anômala, que me parece um sintoma de um período de baixa autoestima do país.

Nesse quadro, a tendência é que todos deem apenas atenção aos temas urgentes da conjuntura, perdendo a perspectiva de longo prazo sobre o Brasil que almejamos. As tarefas do dia a dia são feitas com mais lucidez quando incorporamos uma visão equilibrada do passado e também um senso do futuro a construir. Penso que há, também, um excesso de automortificação de todos nós pelos nossos passivos. Muitos países possuem passivos seríssimos. Basta pensar na Alemanha, por exemplo, com o Holocausto e duas guerras mundiais em apenas um século; ou nos Estados Unidos, com duas bombas atômicas sobre população civil no Japão, precedidas de mais de 300 bombardeios num espaço de seis horas que incendiaram Tóquio. Então, importa como lidamos com esses passivos. O fato é que eles não deveriam oferecer motivo para descrença do presente, até porque é necessário lidar também com as virtudes, com os pontos positivos, presentes na história de cada nação. Nós temos aqui uma civilização dos trópicos e várias conquistas que também deveriam aparecer no balanço dos 200 anos.

M. R.: Há aquela frase do Faulkner que diz que “o passado nunca é exatamente passado”. Não lhe parece que, no Brasil, o passado talvez seja mais presente do que em outros lugares? Essa trajetória de ausência de rupturas ao longo de nossa história, de transformações que se dão pelo alto com um forte elemento de continuidade, o que permite a perpetuação no poder dos mesmos interesses e grupos, será que isso não tornou difícil também esse balanço histórico já que, para todos os efeitos, é como se não houvesse também interesse em olhar para esse passado tão presente?

J. C. B. T.: Talvez Marcos. Eu acho que a perpetuação das elites é uma espécie de constante histórica, nós a vemos por toda parte, exceto, é claro, em países que passaram por processos revolucionários profundos como os da França ou da Rússia em 1917. Mas sim, em nosso caso há continuidade, mas o mais marcante é que as mudanças em geral foram negociadas, mesmo quando envolveram rupturas institucionais. Há, é claro, países que fizeram alterações mais profundas em seu perfil histórico e isso em várias dimensões, como acabei de aludir, mas, mesmo assim, as identidades nacionais são inelutavelmente construídas a partir de processos que remontam a épocas distantes. Tome-se a França, por exemplo. A gente distingue a França antes e depois da grande Revolução, mas a identidade francesa se construiu desde muito antes e inclui além da edificação do mais bem acabado dos Estados modernos e das conquistas democráticas de 1789, derrotas humilhantes com Azincourt, ou a ocupação alemã e momentos sinistros, como a matança de São Bartolomeu. Então, se, comparativamente, constatamos que há países que viveram e experimentaram renovações mais profundas, isso deveria é nos levar a perceber mais claramente a necessidade de realização de um balanço histórico, não nos fazer fugir dele como agora se vê. Por isso, embora seja verdadeiro que o passado no Brasil é muito presente e presente, especialmente, nas consequências de que fomos um país escravocrata durante mais de três séculos e em uma escala que foi a maior do mundo. Esse fato se perpetua de forma sutil, mas muito extensa, sua marca maior sendo a normalização das as diferenças econômicas e sociais de nossa sociedade. Desigualdade é uma coisa que, no Brasil, ficou consagrada; como se fosse assim e pronto, como uma necessidade da natureza. Para todos os efeitos, é como se certas pessoas tivessem recursos e outras não; alguns tendo a acesso a tudo; outros, a nada; como se a vida devesse ser tomada como ela é, nada havendo a fazer. A isso se soma a desconsideração pelo trabalho, especialmente pelo trabalho manual, porque, afinal de contas, durante mais de três séculos, as pessoas ricas não tinham propriamente nenhuma obrigação de trabalhar e, na verdade, pouca necessidade de fazê-lo, especialmente trabalhos manuais, mas desconsideradas mesmo outras atividades, em que a constância e a assiduidade são imperativas. Então penso que esse seja um de nossos grandes passivos. Outro passivo diz respeito a certo modo de encarar a questão de nosso desenvolvimento, um modo passivo e desambicioso, dependente como se dizia no século passado. Essas disposições baixas, em parte foram e ainda são resultantes das distorções próprias do longuíssimo tempo do período colonial, dentre as quais a proibição que Portugal nos impôs de termos indústria, imprensa livre, educação e, muito especialmente, educação superior, fato, este último, que explica porque fomos um dos últimos países da América Latina a ter uma universidade. Com isso, fomos também normalizando a ideia de que o progresso técnico e a inovação é algo que se resolve com importações, com capitais que vem de fora. Se fosse preciso uma máquina, um instrumento, uma tecnologia, se deveria importar.

O Brasil já teve orgulho de si.

Essa foi uma mentalidade que durou muito. Mesmo Getúlio, que foi protagonista de uma grande mudança no padrão de desenvolvimento histórico do Brasil, no início de seu longo consulado também foi influenciado por essa mentalidade, cuja ideologia era da condenação das indústrias artificiais, como ainda hoje se vê quando se diz que, muito embora o Brasil seja um enorme exportador de minérios e de produtos agrícolas, a despeito de ter uma costa continental, indústria naval não podemos ter, é algo que não é para nós. É verdade que, progressivamente, essas coisas foram se alterando um pouco. Hoje, me parece que há a consciência de que o progresso técnico é uma variável decisiva, mas o passado colonial está presente como um reflexo que nos remete à ideia de que, de nossa parte, o mais importante é nos precavermos, não cairmos na tentação de querer recriar a pólvora. O problema é que não há país desenvolvido que não endogenise pelo menos uma parte das inovações e do progresso técnico. Nesse sentido, eu concordo bastante com a tua observação de que há um passado de distorções pesado aqui; mas, em outros momentos da nossa história, isso não foi motivo para se ficar com vergonha de nós mesmos. O Brasil já teve orgulho de si. Eu me recordo que, na passagem dos anos 50 para os 60, o Brasil estava num momento de alta crença em si mesmo. Aquele período foi marcado pela construção de Brasília, pelo surgimento, depois, da Universidade de Brasília (UNB), pela criação da indústria automobilística, pela ampliação da malha rodoviária, pela evidente ambição e pelo orgulho de virmos a construir uma sociedade dinâmica e generosa,

o que, como todos sabemos, foi a grande contribuição do governo Juscelino para nossa história.

Mesmo no período ditatorial, a par do lado sombrio da repressão, havia ali uma ideia de afirmação nacional que estimulou, por exemplo, a consolidação da indústria brasileira. No processo da Independência já tinha havido muito isso. José Bonifácio e outras lideranças tinham uma consciência clara de que era preciso construir um país. Então, mantivemos nossa unidade territorial enquanto os demais países latino-americanos se dividiram. Conseguimos, durante o Império, manter um notável equilíbrio político, muitíssimo conservador, por certo, mas de efeito inegavelmente positivo para a preservação a unidade nacional e para a consolidação do território. E isso foi uma obra histórica de grandes proporções, que só foi possível porque houve a determinação e a pertinácia de querer fazer um país. E, posteriormente, Vargas também se dedicando à obra de fazer do Brasil uma sociedade desenvolvida, seguir a mesma trilha. Eu acho que, contemporaneamente, perdemos essa noção de que há um país a construir. Deixamos de perceber que essa obra não foi concluída que, além de não termos conseguido nos colocar entre os países desenvolvidos, disputamos, hoje, o campeonato mundial de desigualdades. Então isso não tinha que ser uma prioridade, não nos deveria levar a constatação que não haverá verdadeiro desenvolvimento no Brasil se não tratarmos de construir um país mais igualitário e mais equilibrado?

M. R.: Tendo presente essa perda da noção de um projeto não concluído de nação, como podemos pensar nossos desafios em direção a uma retomada? Em que chave, em síntese, devemos pensar no futuro do Brasil?

J. C. B. T.: Bom, eu acho que a agenda é de virar essa página, quer dizer, fazer um país mais autônomo, menos dependente e menos desigual. Nos últimos anos, houve uma desindustrialização brutal do Brasil e isso passado batido, como uma questão menos, e, sobretudo, algo com relação ao qual não há nada a fazer. Muita gente que reflete sobre a economia brasileira considera a desindustrialização como algo como inevitável e banal. Eu acho que se trata de um grande erro,, que um país que tem mais de 200 milhões de habitantes teria condições de ter uma indústria mais sólida e que conformar-se com isso, crer que o mercado fará por si mesmo o serviço é um dos grandes erros de visão do momento que estamos a viver. No pensamento econômico brasileiro há sempre a crítica que repete que “voluntarismos não funcionam”. Como aludi acima, a propósito da indústria naval, alguns dos principais economistas do país, formadores de opinião, vaticinaram que o esforço estava fadado ao fracasso. De fato, fracassou. O prognóstico foi acertado, mas o que estou procurando chamar atenção é que não se criticava o modo de levar adiante a iniciativa, mas se tinha como inútil a própria ideia de querer ter uma indústria naval, uma veleidade considerada como ingênua, senão ridícula, não obstante sermos um país com uma costa de extensão continental, um grande exportador de minérios, de grãos, de carne. É claro que devemos integrar-nos às mudanças profundas que estão a se produzir na economia e na sociedade de nossos dias. Obviamente devemos estar atentos e tratarmos de nos fazer partícipes desses movimentos de abertura de novas fronteiras para o desenvolvimento social e econômico do mundo. Mas, de outra parte, não é menos evidente que, entre os nossos passivos, há demandas muito tradicionais que ainda não foram atendidas. Às vezes, as pessoas esquecem que continuamos com uma infraestrutura de transportes insuficiente e, em muitos casos, desgastada e ruim. O Brasil sem dúvida precisa de uma coisa, certamente bem tradicional, que é uma base de infraestrutura maior, mais eficiente, melhor, o que exige uma nova política de transporte para reduzir nossa dependência quase absoluta do modal rodoviário, assim como também investimentos que modernizem nossos portos, entre muitos outros pontos. Então, há alguns aspectos tradicionais do desenvolvimento que foram mal resolvidos no Brasil. Pensemos, a título de ilustração apenas, em nosso processo de urbanização. A configuração das nossas cidades é uma coisa evidentemente mal equacionada, estruturada com base na segregação espacial de ricos e pobres, que, além disso, com frequência envolve um componente racial. Então, não há como se pensar o futuro do Brasil sem enfrentar o desafio urbano de transformar as grandes áreas de favelamento em espaços urbanos providos das utilidades urbanas essenciais, a começar pelo saneamento básico, e por políticas mais ambiciosas que, criando novas políticas urbanas, detenham a dinâmica de crescimento das cidades grandes e médias do Brasil com base na sub-habitação. Mas é também indiscutível que precisamos nos inserir nesse processo de transformações econômicas originadas na informatização e nas demais tecnologias de ponta. Aliás, talvez o Brasil possa andar rápido nesse processo, o que não deixa de ser paradoxal. O fato é que temos um grau de informatização da sociedade, dos serviços públicos, etc, que já situa o Brasil entre os países avançados. Há um misto de exigências aí.

Os cuidados com o meio ambiente constituem um ativo mundialmente estratégico

No tema do meio ambiente, por exemplo, temos uma posição até certo ponto privilegiada que nos é dada por uma matriz energética baseada em hidrelétricas e, crescentemente, em outros recursos de energia limpa, o que me parece um ativo a ser valorizado enormemente neste momento em que os riscos ambientais tornaram-se críticos. A discussão contemporânea sobre a Amazônia é tema que tem uma grande importância diante do fato de que estamos testemunhando uma escalada de agressões à floresta que é muito grave, o que, sem nenhuma dúvida, exige políticas muito fortes de contenção. Como muitos dos mais lúcidos observadores da cena nacional têm apontado, os cuidados com o meio ambiente constituem um ativo mundialmente estratégico, cujo valor deve ser dimensionado, sobretudo, quando se pensa o papel da floresta no clima nacional e mundial. Os chamados rios invisíveis, rios aéreos de umidade produzidos pela floresta, se deixarem de existir, conforme estimado com base em modelos preditivos muito sérios, poderemos ter áreas desérticas no sudeste e no centro-oeste, o que abalaria o potencial do agro brasileiro. Temos muita água e isso tem permitido que sejamos um dos maiores produtores de proteínas e de grãos do mundo, o que é outro dos nossos ativos. Então eu acho que tem muitas coisas assim do passado, Marcos, e também de um passado mais recente e que são coisas positivas. Agora, o que tu disseste é verdade.

O mundo está se transformando em uma velocidade muito grande, todos os processos industriais, de serviços e mesmo os agrícolas estão passando por uma revolução tecnológica enorme. Isso nos coloca novos desafios. Há vários pontos, mas quero destacar um deles, em uma perspectiva mais ampla, o vetor do progresso técnico que é o de substituir trabalho humano por trabalho de máquina. Alguém poderia pensar que não há razões maiores para preocupação com isso e que procurar deter esse processo seria o equivalente ao ludismo, aquele movimento de resistência operária que envolveu a destruição de máquinas na Inglaterra no século XVIII. Mas é impossível ignorar que os aspectos mais gritantemente negativos da primeira industrialização foram significativamente mitigados com a redução da jornada de trabalho, com a proibição do trabalho de crianças etc. Hoje, não se vê uma tendência desse tipo nos países desenvolvidos e, no processo de globalização, pois o emprego de mão de obra é intensivo na periferia do sistema e, paralelamente, nos países centrais acelera o surgimento das novas formas de trabalho precarizado. E não se vê nem nos países centrais, nem nas periferias ativas, mudanças institucionais e sociais para enfrentar as dificuldades decorrentes das profundas alterações nas estruturas econômicas e sociais de nossos dias. Mas não resta dúvida de que os processos e as relações de trabalho terão que ser modificados, porque cada vez vai haver menos necessidade de trabalho humano.

O impacto do desemprego tende a ser pensado em termos de programas de renda mínima, o que pode ser uma resposta emergencial, mas não parece uma solução, porque a inserção das pessoas no mercado de trabalho é também uma forma de realização pessoal e produção de uma vida com sentido. Então eu acho que isso, embora, para nós, talvez não seja a questão mais urgente, também nos afeta e é um problema gravíssimo nos países desenvolvidos. Aliás, acho que não se compreende a força do conservadorismo e do trumpismo nos EUA, por exemplo, sem levar isso em conta. Por certo, a transformação da China na base industrial do mundo, explica parte da desindustrialização americana, mas os problemas ali também tem esse outro componente, como se vê na Califórnia o estado mais rico dos Estados Unidos e que, ao mesmo tempo, tem o maior contingente de desempregados e de população de rua.

Seja como for, para ficar com a essa questão da industrialização/desindustrialização, penso que há formas no Brasil de se abordar esses temas, seja com atração de capitais e com um esforço paralelo de transferência de tecnologia, que foi o caminho adotado pela China e que, não obstante nossos bem conhecidos fracassos de andar nessa direção, por forças das tensões atuais resultantes do crescimento econômico gigantesco da China e do esforço e da determinação americana de não deixar de ser a primeira economia do mundo, está a abrir espaços para uma reconfiguração das cadeias mundiais de suprimento, que, quem sabe, crie uma oportunidade de revitalização da indústria brasileira. O que os chineses fizeram? Atraíram muito capital externo e, ao mesmo tempo, trataram de desenvolver o seu capital próprio, com cada vez maior independência tecnológica.

Enfim, concordo que estamos num mundo onde há uma passagem para outro padrão de desenvolvimento. Em parte, já estamos vivendo isso no Brasil, em certos polos mais dinâmicos de inovação que temos por aqui. De modo que é preciso, sim, modernizar o País, mas, ao mesmo tempo, precisamos resolver coisas que são historicamente anteriores a isso, um passado que, para nós, é também nosso presente. A transição histórica que está em curso, também envolve, como eu disse há pouco, problemas novos como a precarização do trabalho que é muito grande. Essas coisas todas não estão aparecendo na campanha eleitoral, exceção feita às propostas que Ciro tem apresentado. Mas o fato é que, embora ele esteja tratando de questões sérias, trata-se de uma voz isolada.

M. R.: Pensando as instituições brasileiras, temos uma experiência republicana muito frágil, uma baixa densidade de república, digamos, o que está presente na cultura de maximização dos próprios interesses, no corporativismo das entidades, enfim, na ausência da consideração pela coisa pública. Qual o balanço da República e que tipo de mudanças nas instituições integrariam uma agenda de modernização?

J. C. B. T.: Inicialmente, penso que a Constituição de 88 é, em princípio, um marco a ser mantido. As disfuncionalidades como, por um lado, essa confusão

entre o interesse público e o privado - que se expressa também nas formas mais comuns de corrupção - e, por outro, a multiplicação artificial de partidos, resultante de uma legislação eleitoral permissiva, têm feito com que se decomponha muito o cenário político e a qualidade dos parlamentos. Com uma representação parlamentar fragmentada, aumenta o espaço para negociações na base de favorecimentos. Ainda quando esse processo se dá nos marcos da legalidade, o quadro atual induz o tratamento fragmentado dos interesses da sociedade, o que implica que se perca de vista a dimensão nacional de nossos principais problemas e a ordenação inteligente das prioridades. Então, um número menor de partidos tornaria mais provável que o debate parlamentar e político em geral se desse de forma mais focada no que é verdadeiramente o principal, o que também estruturaria melhor a competição política, incentivando-a a tornar-se menos casuísta e mais programática.

O Parlamento virou uma espécie de caixa de ressonância de particularidades

Também é preciso rever a ideia de que o setor público brasileiro é totalmente atrasado e ineficiente. Na verdade, as coisas não são bem assim. Temos, na burocracia da União, dos Estados e dos Municípios, técnicos muito qualificados e há áreas e processos que foram modernizados e não devem nada a qualquer outra burocracia estatal no mundo. O exemplo mais notório no Brasil é a Fazenda. Do ponto de vista social, poderíamos mencionar a relevância do SUS ou, ainda, a predominância absoluta das universidades públicas no que há de mais qualificado em nosso mundo acadêmico. Quanto ao coração de nosso sistema institucional, como aludi há pouco, não há dúvida de que um dos problemas mais importantes de nossas instituições é que o Parlamento virou uma espécie de caixa de ressonância de particularidades, o que faz com que as coordenadas programáticas se percam. Os problemas derivados disso são seríssimos, envolvendo clientelismo, demagogia e despreparo. Isso não significa, entretanto, endossar a opinião que vejo se reproduzir com muita facilidade segundo a qual os políticos “não prestam”, que é preciso refundar tudo, começar do zero, etc. Essa é uma visão que traduz arrogância com relação à política e grave ignorância do que é a política, aqui e fora daqui, hoje e no passado. A arrogância vem da pretensão de que nós, da sociedade civil, ou, mais exatamente, “os iluminados” que são seus porta-vozes, temos as soluções, que sabemos qual o caminho. Não identifico evidências que amparem essa pretensão, mas quando se afirma que todos os políticos são “ladrões”, “vagabundos”, “ignorantes” etc o que se produz é um discurso profundamente destrutivo, contraproducente e também injusto. Precisamos melhorar a nossa vida institucional, mas é preciso reconhecer que, mesmo nesse período extremamente tenso que estamos a viver, a resiliência das instituições democráticas brasileiras têm se mostrado grande e expressiva. Às vezes fico em dúvida, mas eu tendo a pensar que as ameaças de Bolsonaro à democracia, a ideia de que haverá um golpe, não se concretizarão, o que talvez sinalize uma força maior das nossas instituições e da democracia brasileira do que estamos dispostos a reconhecer.

M. R.: Sobre isso, a propósito, o senhor viveu o clima do pré-64 e foi uma das vítimas da ditadura tendo sido perseguido e afastado da UFRGS. É possível fazer um paralelo entre essas duas situações, antes de 64 e hoje? Quais as diferenças e as semelhanças?

J. C. B. T.: Primeiro, o presidente Jango não era um esquerdista, Jango era fazendeiro, mas é verdade que havia no Brasil um clima de reformas sociais mais profundas. Não há esse clima hoje. No pré-64, havia um posicionamento do governo americano em favor do golpe, a questão cubana ainda estava muito viva, havia certa simpatia no Brasil com a revolução cubana, etc. Tudo isso, em um clima de “guerra fria”, foi sendo trabalhado para justificar o golpe. Nesse ponto, então, não há nada semelhante hoje. O centro político do mundo e mesmo segmentos conservadores não estão dispostos a referendar uma aventura golpista no Brasil. Nossa situação talvez seja mais parecida com o que aconteceu nos Estados Unidos com Trump. Quer dizer, uma força de direita capitalizadora de ressentimentos de todo o tipo e que conseguiu soldá-los na escolha da palavra “mito” que, aliás, é bem verdadeira, pois embora Bolsonaro seja, sem dúvida, muito real, não há dúvida de que ele é, pelo menos em parte, expressão mitificada de um desejo de volta ao passado, a valores passados. Digo verdadeira, porque se trata de uma coisa mitológica mesmo, uma projeção cuja base real são frustrações sociais muito variadas, para as quais nossa sociedade não tem sabido dar resposta, e que vê no que há de antissistema em Bolsonaro, a possibilidade de que o simplismo reacionário possa conduzir a tempos algo melhores.

Surgiu por aqui uma direita que avançou para posições extremadas das quais não irá retroceder

Além disso, a existência das redes democratizou, para o bem e para o mal, os processos de formação da opinião pública. Estes, hoje, estão menos dependentes das forças partidárias estruturadas, dos grandes órgãos de imprensa e da posição dos pesquisadores e pensadores. Atualmente, todo mundo dá palpite sobre tudo, o que, obviamente, complexifica e desestabiliza o processo de formação da opinião pública. Isso, por sua vez, aumenta as chances de formação de alternativas demagógicas de extrema-direita, como estamos vendo não apenas no Brasil. Acho que surgiu por aqui uma direita que avançou para posições extremadas das quais não irá retroceder. Ser de direita no Brasil, até há alguns anos, era algo que encabulava as pessoas.

Hoje, elas se orgulham de serem direitistas. Isso vai ficar, o que altera a correlação de forças no espaço político e é algo difícil de tratar. Retomando a pergunta, que mudanças institucionais seriam interessantes? Talvez uma reforma constitucional que criasse um regime semi-presidencial como há na França e em Portugal, pudesse melhorar a estruturação do espaço público estatal, especialmente as relações entre os Poderes, mas isso não

parece estar maduro no curto prazo. Imagino que a dinâmica política brasileira agora vai nos levar para uma situação bem parecida com a que tínhamos antes e eu acho que vamos continuar tendo um período de instabilidade grande, mesmo que Bolsonaro seja derrotado. Vai ser um período difícil, o que reforça a necessidade de mudanças que assegurem maior equilíbrio entre os poderes do Estado. Há quem diga que o Poder Judiciário está se transformando num agente político. Isso não é falso, mas o problema é que grande parte disso se deve ao fato de que o Poder Executivo e o Poder Legislativo não resolvem os problemas que deveriam resolver e, pelo contrário, criam novos problemas. Talvez fosse o caso de uma mudança nas competências do Supremo, para que ele funcionasse mais propriamente como Corte Constitucional, viabilizando que as questões de menor amplitude fossem resolvidas nos fóruns próprios que são as relações entre o Legislativo e o Executivo. Numa outra frente, penso que o financiamento público das campanhas políticas foi um grande passo à frente, porque uma das dinâmicas da corrupção no Brasil sempre foi resultante das cumplicidades que se criavam no financiamento privado das campanhas. Claro que, se tivéssemos outras regras eleitorais, as campanhas poderiam ser mais simples e menos caras, mas o preço de financiar campanhas com recursos públicos me parece agregar vantagens que tendem a produzir resultados positivos a médio e longo prazos. A tradição de envolvimento de políticos com doadores de campanha é muito antiga no Brasil e isso também não se muda de um dia para o outro, mas também as demandas da opinião pública a respeito da moralização da política brasileira irão cumprir um papel. A chamada “Operação Lava Jato” cometeu arbitrariedades e foi se transformando em uma ação cada vez mais orientada politicamente, mas penso que ela contribuiu para que tivéssemos, hoje, uma contestação maior à corrupção.

M. R.: Nesse ponto, a realidade política brasileira parece contrastar com alguns processos em curso na América Latina como no Chile e na Colômbia, por exemplo, onde novas agendas políticas emergiram.

J. C. B. T.: É verdade; aqui entre nós o cenário está mais congelado sim. Às vezes, entretanto, tendemos a uma depreciação exagerada. Talvez haja muita gente desqualificada no Congresso Nacional, mas, quando acompanhamos uma CPI, por exemplo, vemos que há parlamentares muito capacitados. O problema parece ser que mesmo esses estão metidos num sistema que induz aos particularismos, às negociações, o que nos leva como já observei à fragmentação do tratamento das demandas sociais e uma cegueira, ou, talvez, melhor, a uma despriorização, das pautas mais de fundo....

M. R.: Favorece os desqualificados....

J. C. B. T.: Sim, favorece os desqualificados, é isso, mas enfim, todos esses temas nos mostram o quanto perdemos como País diante da ausência de reflexão nesse período do bicentenário que seria tão propício para isso. Precisamos, em síntese, retomar a ideia de que um país é uma coisa que a gente faz, que todos nós fazemos; e de que é uma responsabilidade da gente construir um futuro melhor para o Brasil. Quando não refletimos sobre isso, vamos apenas levando as coisas e sendo levadas por elas.

FABIAN SCHOLZE DOMINGUES: Professor, gostaria de retomar uma questão que envolve um dos nossos passivos, a reforma urbana. Se houvesse um grande programa de reurbanização no Brasil, isso poderia movimentar nossa economia, gerar empregos e melhorar a vida das pessoas, ou seja, passivos bem gerenciados podem compor soluções estratégicas, assim lhe parece?

J. C. B. T.: Sim, estou plenamente de acordo. Por isso que eu ponderei ao Marcos que temos uma agenda que não é tão nova, mas que é uma agenda do presente, do nosso presente. Essas questões são presentes, porque não foram resolvidas ou foram mal resolvidas.

M. R.: A história que se coloca como presente....

J. C. B. T.: Sim. A própria luta pela redução das desigualdades tem uma fronteira de construção que são as reformas urbanas. Isso já foi muito claro no Brasil, a partir do próprio papel da Caixa Econômica Federal e acho que essas coisas devem voltar para nossa agenda. Então, talvez vocês vejam isso com muita reticência, mas a interiorização do Brasil no Centro-Oeste sempre foi um desafio e, aparentemente, ele está sendo vencido. Não por acaso, acho, há duas candidatas a presidente dessa região.

Quer dizer, há um Brasil emergente, forte e com novidades. Nosso desenvolvimento sempre foi muito concentrado no Sudeste, o que envolveu também uma grande concentração dos grandes órgãos de formação da opinião pública no eixo Rio-São Paulo.

Coisas do tipo Bolsonaro também ocorrem e, às vezes, nos surpreendem porque parecem emergir de um Brasil que não é muito conhecido pelas áreas centrais. Refiro-me aqui não a uma região em particular, mas a espaços de insatisfação, de demandas, de crenças que não eram refletidos nos meios de comunicação tradicionais. Então tem coisas que vão acontecendo e que não são adequadamente percebidas.

ALESSANDRO DONADIO MIEBACH: A gente estava falando das comemorações e me veio a lembrança da antropofagia da Semana de Arte Moderna, da nossa capacidade de se apropriar e transformar. Todos esses processos de transformação no mundo estão, ao que tudo indica, questionando também o predomínio do ocidente e a hegemonia dos EUA. Provavelmente, teremos cenários futuros mais marcados pela multipolaridade. Qual o papel que o Brasil poderia ocupar nesse mundo que está emergindo, multirracial, multi-religioso, multi-cultural?

J. C. B. T.: Importante e difícil. Quando eu tomei iniciativa de coordenar os esforços sobre esse livro sobre o bicentenário, uma das referências que tive foi a obra do Stefan Zweig, “Brasil, um país do futuro”, um livro extraordinário, sabe? Primeiro é um livro de amor ao Brasil, de elogio ao Brasil, escrito em uma circunstância histórica muito particular, escrito por quem vinha de uma Europa ocupada pelo nazismo. Ao chegar ao Brasil, Stefan Zweig se encantou, porque não apenas porque aqui não havia “o problema judeu”, mas porque ele teve a impressão de que as relações humanas e sociais no Brasil, a despeito das desigualdades todas, asseguravam uma determinada convivialidade que ele desconhecia.

Isso hoje nos parece até estranho, mas a interação humana no Brasil foi percebida por ele como muito mais feliz, comparada àquela que ele havia conhecido na Europa naqueles anos realmente tenebrosos. Além disso, ele se maravilhou com nossas belezas naturais. A descrição que ele faz sobre as paisagens do Rio de Janeiro, sobre seu espanto ao chegar no Rio de Janeiro, são extraordinárias. Bem, seja como for, eu penso de que, a sua maneira, o Brasil é muito ocidental e, por certo, o é ridiculamente. Nesse meu bairro aqui que tem gente influente -, embora os mais ricos da cidade estejam já deslocados para outros bairros, mas que não deixa de ser um lugar de gente bem de vida, está cheio de prédios assim com nomes em inglês, em nome francês, não sei o quê. Embora isso se tome e seja percebido como um sinal de distinção, na verdade manifesta um complexo de inferioridade.

Não obstante isso, não há dúvida que o Brasil tem uma identidade muito singular e clara. E isso, assim, seja do ponto de vista cultural, do ponto de vista dos costumes, da língua, seja da própria figura de nosso desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Temos o trunfo de sermos um grande país para o qual a paz é um valor maior

De resto, nessa dimensão essencial da vida de um país, a figura que construímos é cheia de assimetrias, que lhe dão uma forma desconjuntada e triste. No período mais recente, o País tem se aberto para uma maior valorização das culturas indígenas e da contribuição dos povos africanos, o que abre espaço para mudanças e correções nas feiuras desse nosso retrato. As raízes dessas malformações são antigas, e, em grande parte, derivam de que tenhamos sido o último País a abolir a escravidão. E foi inelutável tendo em vista que a abolição foi um ato jurídico, as pessoas escravizadas, ao serem liberadas, tendo sido entregues à própria sorte, sem qualquer apoio do Poder Público, sem compensações.

Ao mesmo tempo, é verdade que a gente não teve uma segregação institucionalizada e formal, assim como os Estados Unidos tiveram. Em nosso, caso houve um extenso processo de miscigenação, o que é uma peculiaridade de nosso país e, nesse sentido, é também um ativo do Brasil. Culturalmente, entretanto, nosso país é muito ocidental. Os estrangeiros têm uma ideia de que o Brasil é suficientemente ocidental e suficientemente não ocidental, o que lhe dá uma figura para muitos encantadora. Mas não convém que finalizemos esta conversas, sem ressaltar uma outra de nossas singularidades: a de que, do ponto de vista geopolítico, nós não temos pretensões imperiais, nem veleidades de afirmação militar. Isso nos coloca também na posição privilegiada de sermos um grande país para o qual a paz é um valor maior. Eu acho que isso é um grande trunfo que o Brasil tem no contexto internacional.

M. R.: “Um país vocacionado para a interlocução, que, como se diz, não tem inimigos.

J. C. B. T.: Sim, não temos inimigos e, por conseguinte, podemos ter uma voz desimpedida no cenário das nações, uma característica que, aliás, ainda hoje e a despeito de todos os atos desse governo que atingiram fortemente nossa imagem no exterior, nosso País segue com a possibilidade de ocupar um papel relevante no cenário internacional. Eu acho que esse é um trunfo nosso e talvez possa vir a ser num mundo multipolar a base, vamos dizer assim, para uma afirmação mais forte, mais consistente da nossa posição mundial. E as relações internacionais por outro lado dependem bastante também das relações econômicas. Então tem uma situação complexa atualmente porque o Brasil está cada vez mais integrado economicamente com China não é? Então, no contexto das tensões internacionais que vão se agravando atualmente, isso é um ativo que permite ao Brasil se situar no quadro das tensões internacionais como uma voz de paz, tranquilidade e equilíbrio.